



## MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 15/2015

*Da reunião pública Ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim*

*Realizada em 09 de setembro de 2015*

----- Aos nove dias do mês de setembro de dois mil e quinze, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se, em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente Presidente e Vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa. -----

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** - Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** O presidente interveio para endereçar convite aos vereadores opositores para o descerramento de placa comemorativa ao 10.º Aniversário da Geminação entre as vilas de Alcoutim e Blain (França), iniciativa que ocorrerá pelas 19.30 H, no Edifício dos Paços do Concelho. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para esclarecer que por questões regulamentares/técnicas, a ordem de trabalhos entregue

1

sofrerá alterações, dando conta igualmente das falhas/gralhas nas propostas, referentes aos assuntos dos pontos 8.º, 20.º, 26.º e 27.º. -----

----- O vereador José Pereira interveio para agradecer o convite endereçado, apesar de “tardio”, no entanto, informa que não comparecerá por compromissos agendados anteriormente, ao qual o sr. presidente explicou que a mudança de programa também o “apanhou de surpresa”, porém, a referida iniciativa já se encontrava integrada no convite endereçado, no âmbito das comemorações do dia do Município. -----

O vereador José Pereira continuou a sua intervenção referindo que entende a explicação dada, mas que não consegue comparecer na iniciativa. Referiu de seguida que os vereadores opositores “mais uma vez” foram condescendentes com o executivo permanente no incumprimento do Regimento, nomeadamente com a entrega “tardia” de alguns documentos, e como tal é da opinião que deve imperar a ponderação, na elaboração da ordem de trabalhos, citando de seguida o slogan “Alcoutim para todos, todavia, acrescenta Alcoutim para todos... mas igual”. De seguida alertou para o requerimento apresentado, pelos opositores, no transato dia 08 de julho, ao qual passou à sua leitura, e que na reunião do dia 22 de julho foram novamente confrontados com a não entrega dos documentos solicitados, tendo o presidente da Câmara esclarecido que o mesmo requerimento aguardava parecer jurídico, e que os vereadores opositores seriam informados “até ao final do dia”. Deu nota de seguida da informação recebida “nesse dia” pelas 17.50H, por correio eletrónico, e a qual se transcreve: “ Em resposta ao v/ requerimento encarrega-me o exmo sr. presidente de informar que nos termos da Lei n.º 46/2007 de 24 de agosto, conjugada com a Lei 24/98, de 26 de maio deverão concretizar e especificar as datas e os assuntos sobre o que versam os devidos acordos, protocolos e subsídios, quais as obras e atividades sobre as quais quinzenalmente pretendem ser informados. Quanto ao resumo diário de tesouraria e atendendo as mesmas disposições legais, deverá ser concretizado o dia pretendido”, e é nesse sentido que é da opinião que “mais uma vez” existiu falta de atitude democrática do sr. presidente da Câmara com a oposição, bem como abuso de poder pelo facto de o mesmo evitar e “tudo fazer” em não facultar os documentos solicitados, tendo de seguida explicado e especificado o que

d

pretendiam os vereadores da oposição, nomeadamente: “ Pretendemos a listagem com os acordos, protocolos, subsídios financeiros que envolvam verbas, despesas para a Câmara Municipal, bem como o resumo diário de tesouraria, “o próprio nome diz, resumo diário de tesouraria, independentemente de solicitarmos que os documentos sejam entregues quinzenalmente”, e de 15 em 15 dias queremos essa listagem atualizada, o que quer dizer que se atribuirmos aqui um subsídio à Junta de Freguesia de Alcoutim, Giões ou Martim Longo, no valor de x, e ao fim de 15 dias na mesma listagem deve vir lá esse protocolo ou esse acordo. Relativamente ao relatório sobre as atividades e obras da Edilidade, aquilo que solicitamos e temos o direito é que faça para nós o mesmo que faz para a Assembleia Municipal, em termos de obras, bem como para as atividades que foram realizadas, em termos culturais, desportivas, etc.” Findou referindo que tem conhecimento do trabalho que dá elaborar esses relatórios, e como tal “não pretendem” que cumpram os 10 dias, basta que o mesmo seja entregue com a correspondência da reunião de Câmara, ainda mencionou que resumo diário deverá ser entregue igualmente de 15 em 15 dias. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que a resposta remetida, por correio eletrónico foi transmitida, com base no parecer jurídico. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para agradecer igualmente o convite endereçado, porém, informa que também não poderá estar presente na cerimónia. De seguida proferiu o seguinte discurso que se passa a transcrever: “ solicitei a listagem dos nomes das crianças e dos respetivos pais que usufruíram do apoio à natalidade há dois meses e ainda não foram entregues até hoje”. Continuou referindo: “Após dois anos da vossa tomada de funções, como edis desta autarquia gostaria de perguntar ao sr. presidente se o problema da estalagem já se encontra resolvido, quando é que pensa em abri-la, uma vez que é possível já detetar-se alguma degradação. Será que o seu encerramento não foi um golpe no turismo de Alcoutim? Pelo que ouvi de algumas afirmações que passo a citar este ano foi o melhor ano de sempre em termos de visitantes na “época estival, assim como níveis record de serviço a nível da restauração”. Tudo isto aliado a trabalho sério e concertado da

d

Autarquia – apenas num ano. Apenas aqui queria referir algumas breves palavras: De facto foi o melhor ano de sempre em termos de visitantes em todo o Algarve; De certeza que esta premissa não se aplica a Alcoutim, quando Alcoutim hoje tem muito pouco para arrefecer; Relativamente aos serviços de restauração é natural que se tivermos apenas um restaurante aberto ao fim de semana ele terá sempre casa cheia (falando do Camané). Afinal o que foi feito para tornar mais atrativa esta nossa terra? Gostaria de perguntar ao vereador Paulo Paulino o porquê de se fazerem sete festas no mesmo dia (Alcaria Queimada, Santa Justa, Farelos, Velhas, Giões, Corte Tabelião, Laranjeiras)? Em termos humanos e materiais será razoável?”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que a Estalagem é uma preocupação do executivo permanente, pelo facto do imóvel se encontrar encerrado e prejudicar o acesso aos visitantes, no entanto, até a data não existiu qualquer interessado. Quanto à restauração informou que o restaurante “O Rio” encontra-se igualmente aberto ao fim de semana, e que os números apresentados resultam do feedback que é transmitido à Edilidade pelos responsáveis. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que afluência de visitantes, no concelho de Alcoutim aumentou, tendo existido um crescimento de faturação na ordem dos 100%, durante o mês de agosto, todavia, esse mesmo crescimento poderá ter derivado de vários fatores, nomeadamente da existência “de enchente” no Algarve, nos meses de verão, e como tal é da opinião que a “comunicação é fundamental e funciona quando é bem-feita, quando falamos bem e não mal, e que isso se reflete na questão da ocupação”. Quanto ao número de festividades “no mesmo dia” referiu que tudo fez para que não existisse essa coincidência, porém, a partir de um determinado período não “conseguiu” corrigir essa distribuição, porém, continuará a “tentar evitar esse tipo de situações”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para mencionar que é complicado existir essa distribuição, a nível de festas e/ou convívios, de uma forma mais dispersa, uma vez que é no mês de agosto, que existe uma maior afluência de pessoas e emigrantes ao concelho de Alcoutim, e como tal existe a marcação da festividade para esse mês, de modo a proporcionar esse convívio entre a

população. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que a questão da Estalagem é preocupante e que as suas principais prioridades, no seu mandato assentam no referido imóvel e a nível da Zona Industrial. No caso concreto da Estalagem adiantou que inicialmente quando colocaram o referido imóvel para alienação, existiram vários interessados/empresários para o aluguer, porém, findo o prazo, o interesse por parte dessas pessoas alterou-se devido ao Quadro Comunitário (QC) não ser específico nessa área, nomeadamente a nível de “parcerias que é necessário ajustar, etc.”. Continuou a sua intervenção referindo que “se já tivéssemos” avançado com outro caderno de encargos para o aluguer da Estalagem “correríamos” o risco do concurso ficar deserto, e é nesse sentido que “tem” a pretensão de reunir com a maior celeridade possível, com o grupo de trabalho para clarificar as indefinições existentes com o novo QC. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mencionar que o assunto da Estalagem “tem sido complicado ao longo dos anos”, e que foram travadas várias batalhas, nomeadamente porque sempre existiu a preocupação da Câmara Municipal e do anterior executivo em manter o imóvel a funcionar com a empresa Fernando Barata, dado que, era uma mais-valia para o turismo em Alcoutim e para a restauração. De seguida explicou que no decorrer do processo eleitoral (2013) existiram conversações com o referido grupo, uma vez que a empresa encontrava-se interessada na aquisição do imóvel, tendo sido solicitado “na altura” uma avaliação da Estalagem “que não correspondia aquilo que nós pretendíamos, tal como não corresponde os valores que os senhores apresentaram na vossa avaliação”. Deu ainda nota que o atual executivo, apesar das negociações para que o referido grupo se mantivesse no concelho, rescindiu o contrato com base nas dívidas existentes a nível da água, rendas e na insolvência da Tranti-Turística e Empreendimentos Algarve, e é nesse sentido que é da opinião que existe muita “gente e entidades” a consumir água neste concelho que gasta milhares de euros e não se encerra essas instituições”, bem como informar que tem conhecimento que a referida empresa não se encontra em insolvência. Concluiu mencionando que o senhor presidente deve aceitar “aquilo que a sra vereadora referiu”, dado que o

↓

encerramento do referido imóvel foi uma “machadada” para o turismo de Alcoutim, em termos de alojamento, alimentação etc., bem como reconhecer que foi um erro “não terem” prosseguido com as negociações com a Tranti. ---

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para frisar que quando iniciaram o mandato, a Estalagem já se encontrava fechada, tendo vereador José Pereira informado que essa situação ocorreu nesse período, devido a férias dos funcionários/colaboradores. -----

O vereador Paulo Paulino continuou a sua intervenção referindo que a administração da Tranti informou a Edilidade “na altura” que não tinha condições para continuar com o imóvel aberto, tendo havido várias reuniões com o Sr. Luís Barreto, para tentar solucionar a situação, e que gostaria muito que o “rumo tivesse sido diferente e que eles tivessem continuado”. -----

----- O presidente da Câmara interveio para referir que existe consenso entre ambas as partes, designadamente executivo permanente e opositores para que o problema seja resolvido, com a maior celeridade possível, adiantando ainda que as dúvidas existentes, na questão da legalidade, terão que ser baseadas em pareceres jurídicos, tendo o vereador José Pereira acrescentado que “o sr. presidente já lançou o respetivo concurso”, ao qual o presidente esclareceu que o mesmo foi lançado, baseado em pareceres favoráveis das entidades competentes (Comissão de Coordenação e de Desenvolvimento Regional - CCDR e Agência Portuguesa do Ambiente – APA). -----

----- A vereadora Dalila Barros usou da palavra para mencionar que “não é contra a realização das festas, mas sim a favor, a única questão que é contra é a quantidade de colaboradores que é necessário canalizar para que as mesmas se realizem, bem como o material que é necessário transportar”. Findou referindo o seguinte discurso: “durante anos o anterior executivo transmitiu para o exterior: Alcoutim de uma forma positiva, antes sempre se fala bem, as únicas pessoas que de facto não falavam bem anteriormente eram os senhores, porque sempre houve o bom nome de Alcoutim lá fora, mas é bom que passem agora essas coisas que é para poderem dar o valor daquilo que falavam”. -----

----- O vereador José Galrito interveio para frisar que a crítica existente

↑

anteriormente prendia-se com a comunicação dos Outdoor's no concelho, referentes ao álcool e tabagismo. -----

----- De seguida existiu um período de reflexão, entre os membros, sobre os vários presidentes de Câmara, nomeadamente os contributos ou não e/ou percursos para o melhoramento do concelho. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para fazer uma breve retrospectiva dos eventos ocorridos, durante os meses de verão, deixando de seguida uma palavra de apreço e agradecimento a todos os intervenientes (colaboradores da Edilidade, Associações/Clubes e população em geral) nas referidas atividades. Destacou ainda as Jornadas Técnicas "*Opuntia ficus-indica de Alcoutim*", bem como o "*Fam Trip Slowmed*" que trouxe vários profissionais da comunicação de vários países ao concelho de Alcoutim, "onde demos a conhecer os nossos produtos, artesanato, etc.". Findou deixando uma palavra de apreço ao Grupo Desportivo de Alcoutim "que mais uma vez tem atletas convocados para a Seleção Nacional, sendo um motivo de orgulho para todos nós". -----

----- O presidente da Câmara interveio para corroborar com as palavras proferidas, reforçando de seguida o agradecimento a todos colaboradores (técnicos e operacionais) e respetivos vereadores, bem como ao GDA. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para referir no seguimento da intervenção do vereador José Galrito, no que concerne ao tabagismo e alcoolismo, que deverá haver um agradecimento ao anterior executivo pelo facto de ter implementado a canoagem, tendo o executivo em uníssono referindo de seguida a importância desse desporto. -----

----- O vereador José Galrito usou da palavra para salientar o Outdoor, que o executivo permanente elaborou a endereçar os parabéns aos atletas do GDA e Inter-Vivos, sendo em sua opinião "uma comunicação bastante positiva". -----

----- O vereador José Pereira interveio para relembrar que o anterior executivo criou várias infraestruturas que foram decisivas para a plena concretização de qualquer política desportiva, bem como no combate à desertificação. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para corroborar com o proferido e referir que cada executivo (PS ou PSD) durante o seu mandato contribuiu para o melhoramento do concelho, sendo no caso específico do executivo permanente, a Modernização Administrativa (Gestão Documenta – My Doc).--

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar cópia do Regulamento de Edificações pré-existentes e legalizações, bem como dos pareceres e informações da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) e Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos (DOPGU), bem com solicitar esclarecimentos sobre o novo projeto da Central Fotovoltaica em Alcouthim, dado que teve conhecimento através da comunicação social e não pela Edilidade, “que tinha a obrigação de nos informar”, tendo o presidente da Câmara usado da palavra para prestar e explicar o desenvolvimento do processo, e informar das reuniões e encontros tidos com alguns responsáveis, nomeadamente sobre os entraves/problemas e/ou constrangimentos identificados, bem como informar que transmitiu nessas reuniões que deverá imperar o consenso para que se solucione os constrangimentos apresentados, a nível de via Algarviana e outros. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para acrescentar que Agência Portuguesa do Ambiente (APA) solicitou à Câmara Municipal a emissão de parecer no que concerne ao impacto ambiental, e que o mesmo foi remetido no final de agosto, com algumas recomendações, designadamente a questão do Plano Diretor Municipal (PDM), erosão dos solos, caminhos públicos, via Algarviana. Deu ainda conhecimento dos contatos tidos com a APA, e sobre as solicitações de parecer por parte da empresa Solar 4 a essa entidade. -----

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar indignação pelo facto de não ter existido qualquer informação, sobre o assunto em discussão, por parte do executivo permanente, uma vez que o mesmo já tem conhecimento dessa matéria, desde o ano de 2014, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que o assunto já foi presente em reunião do executivo. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção solicitando cópia do parecer emitido pela Edilidade, no que concerne ao impacto ambiental, bem como a posição tomada, sobre o assunto, de “modo a podermos fazer alguma



7

pressão/força, junto de entidades e/ou partido político que conhecemos”, dando como exemplo o excelente empenho do Edil de VRSA, Eng.º Luís Gomes e Dr. Marco Costa, aquando do “possível” encerramento da Escola de Alcoutim, em setembro de 2013, tendo o vereador Paulo Paulino acrescentado que em anos anteriores, houve igualmente a intervenção da antiga Governadora Civil, Drª. Isilda Gomes. -----

----- O presidente da Câmara interveio novamente para mencionar que a posição tomada incidu sobre os condicionalismos identificados, nomeadamente as situações que deverão ser acauteladas. Informou ainda que fornecerá cópia do referido parecer. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra novamente para mencionar que o vereador José Pereira não deverá ficar indignado, dado que o assunto já tinha sido presente a reunião de Câmara, e que apenas houve desenvolvimento do processo “há um mês para cá”. -----

#### ----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** - Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º172) respeitante ao dia 08 de setembro, que apresentava os seguintes resultados: -----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.189.872,79; -----

----- Operações Orçamentais - € 869.519,19; -----

----- Operações Não Orçamentais - € 312.454,66 -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:** - O Senhor Presidente pôs à discussão a ata n.º 14/2015, da reunião pública ordinária realizada no dia 22 de julho de 2015, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes na mesma reunião. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida Ata. -----

----- **AUGUSTO RAMOS SIMÃO – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – GAGOS/MARTIM LONGO:** Foi presente um

requerimento de Augusto Ramos Simão, residente em Vila Nova de Milfontes, concelho de Odemira, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo matricial n.º 021.0015.0000, da freguesia de Martim Longo, concelho de Alcoutim, sito em Gagos, com a área de 85.400 m<sup>2</sup>, em nome de Augusto Ramos Simão, Carlos Manuel Ramos Alves, Isilda Cardeira Ramos, José Augusto Simão, Luís Miguel Ramos Alves, Maria Celeste Cardeira Ramos Alves, Maria do Rosário dos Santos Calvinho, Rosa Cristina de Sousa Ferro Simão, com duas partes, cabendo a quota de ½ a Maria Eugénia Calvinho Simão Horta e a quota de ½ a Cristina Manuela Calvinho Simão, que se destina segundo informação do requerente, a fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO PALMA DIAS – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – GIÕES:** Foi presente um requerimento de José António Palma Dias, residente em Rua Terra da Porta n.º 1 2.º Dto, Arcena/Alverca do Ribatejo, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade do prédio rústico inscrito sob o n.º 1861 de 18/06/2012, matriz n.º 12 e secção n.º 15, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Barranco do Freixo, com a área de 27,936 ha, em nome de José António Palma Dias, com três partes, cabendo a quota de 1/3 a José António Palma Dias, 1/3 em nome de Francisco

f

Martins Filipe e a quota de 1/3 a Maria dos Santos Palma Barão, que se destina segundo informação do requerente, a fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **MARIA IDÍLIA MESTRE FELGUEIRAS – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – GIÕES:** Foi presente um requerimento de Maria Idília Mestre Felgueiras, residente em Bairro do Colmeal, Rua Terra Eira 195 – Trajouca/São Domingos de Rana/Cascais, solicitando parecer para os efeitos do disposto do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 02 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95 de 14 de setembro e pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, relativamente à constituição do regime de compropriedade dos seguintes prédios rústicos: -----

----- Inscrito sob o artigo matricial n.º 22, secção n.º 46, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Sitio do Cansado, com a área de 0,156 ha, em nome de Espirituosa Maria; -----

----- Inscrito sob o artigo matricial n.º 126, secção n.º 49, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Fonte do Barranco, com a área de 0,040 ha, em nome de Espirituosa Maria; -----

----- Inscrito sob o artigo matricial n.º 06, secção n.º 050, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Serro do Telheiro, com a área de 0,104 ha, em nome de Espirituosa Maria; -----

----- Inscrito sob o artigo matricial n.º 13, secção n.º 050, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Cerro do Telheiro, com a área de 0,088 ha, em nome de Espirituosa Maria; -----

----- Inscrito sob o artigo matricial n.º 03, secção n.º 051, da freguesia de Giões, concelho de Alcoutim, sito em Ferrenha, com a área de 0,112 ha,

em nome de Espirituosa Maria; -----

----- Em regime de três partes, cabendo a quota de 1/2 a Bruno Gonçalo Florêncio de Carvalho, casado com Andreia Marisa Paraíso Matias de Carvalho, 1/4 em nome de Luís Miguel Almeida da Costa Carvalho e a quota de 1/4 a Magda Sofia Paraíso Matias, que se destina segundo informação do requerente, a fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, emitir Parecer Favorável à pretensão, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

#### ----- **ATRIBUIÇÃO DE MEDALHAS MUNICIPAIS – APROVAÇÃO**

**DE HOMENAGEADOS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a atribuição de Medalhas Municipais às seguinte personalidades e entidades, nas modalidades e campos especificados, de acordo com o artigo 3.º do Regulamento de Atribuição de Medalhas Municipais: **Galardoado** - Fernando Silvestre Pereira (a título póstumo), **Modalidade** Mérito, **Grau** Ouro, **Campo** Empresarial; Galardoado – Luís Miguel Jerónimo Conceição, **Modalidade** Mérito, **Grau** Ouro, **Campo** Desporto; Galardoado – Grupo Desportivo de Alcoutim, **Modalidade** Mérito, **Grau** Prata, **Campo** Cultura e Desporto; **Galardoado** – Mairie de Blain, **Modalidade** Mérito, **Grau** Prata, **Campo** Cooperação Internacional; -----

A votação por escrutínio secreto e caso a caso, de acordo com o preceituado no artigo 7.º do Regulamento. A deliberação da Câmara Municipal, para se tornar executória, carece de aprovação de maioria de 2/3 dos seus membros em efetividade de funções; -----

A entrega das Medalhas Municipais no dia do Município, 11 de setembro de

2015, no âmbito do artigo 19.º do Regulamento; -----

----- Passou-se de seguida, à votação, por escrutínio secreto: -----

Fernando Silvestre Pereira (a título póstumo), Mérito, Ouro, Empresarial; ----

----- **Membros Presentes:** 5 (cinco); -----

----- **Votos Favoráveis:** 5 (cinco); -----

----- **Abstenções:** 0 (zero); -----

----- **Votos Contra:** 0 (zero); -----

Luís Miguel Jerónimo Conceição, Mérito, Ouro, Desporto; -----

----- **Membros Presentes:** 5 (cinco); -----

----- **Votos Favoráveis:** 5 (cinco); -----

----- **Abstenções:** 0 (zero); -----

----- **Votos Contra:** 0 (zero); -----

Grupo Desportivo de Alcoutim, Mérito, Prata, Cultura e Desporto; -----

----- **Membros Presentes:** 5 (cinco); -----

----- **Votos Favoráveis:** 5 (cinco); -----

----- **Abstenções:** 0 (zero); -----

----- **Votos Contra:** 0 (zero); -----

Mairie de Blain, Mérito, Prata, Cooperação Internacional; -----

----- **Membros Presentes:** 5 (cinco); -----

----- **Votos Favoráveis:** 5 (cinco); -----

----- **Abstenções:** 0 (zero); -----

----- **Votos Contra:** 0 (zero); -----

----- Posto o assunto à votação a Câmara deliberou, por unanimidade,  
aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e  
para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de  
setembro. -----

----- **REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DO CARTÃO  
SOCIAL – APROVAÇÃO DO PROJETO DA SEGUNDA ALTERAÇÃO E  
ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta  
do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos  
legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal



✓

deliberar aprovar o conteúdo do projeto da segunda alteração do Regulamento Municipal de Atribuição do Cartão Social; submeter o referido projeto da segunda alteração do Regulamento a consulta pública, com a duração mínima de 30 dias; remeter para conhecimento à Assembleia municipal o projeto da segunda alteração do Regulamento; caso seja omissão contributos resultantes de consulta pública, que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, nos termos invocados na proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **REGULAMENTO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS DO MUNICÍPIO DE ALCOUTIM – APROVAÇÃO DO PROJETO DA PRIMEIRA ALTERAÇÃO E ENVIO PARA A ASSEMBLEIA MUNICIPAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar: -----

1.O conteúdo dos projetos da alteração dos seguintes Regulamentos: a) Regulamento do Serviço de Abastecimento Público de Água do Município de Alcoutim, b) Regulamento do Serviço de Saneamento de Águas Residuais Urbanas do Município de Alcoutim; Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Alcoutim; -----

2. Submeter os referidos projetos de alteração dos regulamentos a consulta pública, com uma duração mínima de 30 dias; -----

3. Remeter para conhecimento à Assembleia Municipal os projetos de alteração dos Regulamentos; -----

4. Caso seja omissão contributos resultantes de consulta pública, que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, nos termos invocados na proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de sete-----

----- **PLANO DE TRANSPORTES ESCOLARES – ANO LETIVO DE 2015/2016:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar o Plano de Transportes Escolares para o ano letivo de 2015/2016. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL - 2015:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar aprovar a alteração do mapa de pessoal, em anexo à presente proposta, identificado como Anexo A, bem como para os efeitos da alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar o sr. presidente quais as razões da retirada de um colaborador na área de Gestão Financeira e Patrimonial, que se encontrava previsto no antigo mapa de pessoal, ao qual o sr. presidente esclareceu que aquando da aprovação, no ano anterior do mapa de pessoal “vinha previsto” concursos para um técnico florestal e dois operacionais, tendo havido um concurso que ficou deserto, tendo o vereador José Pereira alertando para a existência de um concurso para quatro operacionais. O presidente continuou a sua intervenção agradecendo a informação prestada, dando nota de seguida que a Edilidade encontra-se no momento, limitada na questão da contratação pública, nos termos do



✓

cumprimento das regras do orçamento de estado, com a exceção do pessoal do serviço digitalmente assistido, para o espaço cidadão. Quanto aos restantes lugares, nomeadamente concurso para operacionais informou que, “temos que aguardar, se podemos ou não, abrir procedimento concursal. O vereador José Pereira questionou ainda quais as áreas que abrangem o concurso de operacionais, ao qual foi esclarecido pelo presidente que será para manobrador de máquinas e motoristas, sendo a alteração na área de Gestão Financeira e Patrimonial uma opção tida pelo executivo permanente, e que quando foi aberta, no ano transato, ainda não havia a limitação do orçamento de estado. -----

----- O vereador José Pereira solicitou ainda, no seguimento da contratação dos assistentes técnicos, informação sobre a sua distribuição para o espaço de cidadão, sendo que é da opinião que o sr. presidente cometeu um erro por não reivindicar mais postos de atendimento a instalar pelas Juntas de Freguesia (Pereiro, Giões e Vaqueiros), tendo sido esclarecido que será distribuído dois colaboradores para Alcoutim e Martim Longo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar remeter a presente informação à Assembleia Municipal, para que autorize a abertura do procedimento concursal para os postos de trabalho mencionados no ponto I da presente proposta, ficando cumpridos os requisitos previstos no n.º 2, do artigo 64.º da Lei 82-B/2014, de 31 de dezembro, verificada que está a excecionalidade do recrutamento, bem como emitir parecer favorável para admitir candidatos que se inscrevam no universo a que se refere o n.º 4, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada em



anexo pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, alterada pela Lei n.º 84/2015, de 07 de agosto. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar qual a rubrica que enquadra a alteração proposta para os 4 (quatro) postos de trabalho de Assistente Técnico a afetar ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para esclarecer a dúvida apresentada e referir que se encontra cabimentado apenas um mês de ordenados, dado que o processo ainda será presente à reunião da Assembleia Municipal, e terá o seu início no mês de dezembro, tendo o vereador José Pereira usado da palavra para questionar se o montante de € 14.500,00 (titulares dos órgãos de soberania) prende-se com a nomeação de secretária dos vereadores, ao qual foi esclarecido positivamente. -----

----- O vereador José Pereira interveio para tecer algumas considerações em relação ao assunto, visto o processo em discussão vir acompanhado da 12.<sup>a</sup> alteração orçamental, e como tal “quer mostrar a sua preocupação”, dado que “falamos” de um valor de € 164.000,00 (aproximadamente), em que € 120.000,00 ou € 130.000,00 prende-se com o reforço da rubrica de pessoal. Continuou referindo que aquando da elaboração do orçamento as referidas rubricas não foram previstas “com dinheiro suficiente, e no início de setembro temos que as reforçar”, e mostrar igual preocupação com o possível incumprimento do preceituado artigo 62.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, e nesse sentido questiona se o reforço das rubricas com o montante calculado, não vai ultrapassar os limites previstos, podendo a edilidade ser penalizada, em termos de receitas. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mostrar igualmente a sua preocupação sobre o assunto, porém, informou que teve conhecimento através do Chefe de Divisão, Dr. José Pires que as despesas com o pessoal encontram-se inferiores “àquilo que estavam no período homólogo”, e nesse sentido considera que existe a garantia do cumprimento do estabelecido na lei anteriormente referida. Quanto aos novos concursos mencionou que são exceções e não são considerados para o cálculo dessas despesas, conforme clarificação existente sobre a matéria, a nível de custos com a ADSE e no

seguimento de reuniões tidas com o secretário de Estado, Dr. Leitão Amaro. -

----- O vereador José Pereira interveio para mostrar preocupação sobre a discrepância existente de valores entre “o que foi orçamentado inicialmente e agora reforçado na rubrica”. Findou a sua intervenção questionando se nas várias reuniões que o sr. presidente participa, existe posição/pressão dos colegas, no sentido da matéria em questão vir contemplada no Orçamento de Estado, tendo o presidente da Câmara usado da palavra para esclarecer que existe uma posição da Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), com vista a algumas correções neste e nos próximos OE.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CONCURSO PÚBLICO – ALIENAÇÃO DE VEÍCULOS EM FIM DE VIDA E MOTOCICLOS DE SUBCATEGORIA A1 - ADJUDICAÇÃO:**

Foi presente o relatório final do júri do concurso referente à análise das propostas, o qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, com vista à adjudicação à empresa AMBIGROUP - Resíduos SA, o lote n.º1, tendo o lote n.º 2 ficado deserto, devido à ausência de qualquer proposta de alíneação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, alinear o lote n.º 1, objeto do presente procedimento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 125.º do CCP, pelo montante da proposta de € 5.410,00, não se liquidando o IVA, de acordo com o estipulado no n.º 13 do artigo 35.º do código do IVA, por alteração dada pela Lei n.º 33/2006 de 28 de julho. ---

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Dado à extensa ordem de trabalhos, o presidente, concedeu um intervalo de 10 (dez) minutos, de acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do

Regimento da Câmara Municipal. -----

----- **EMPREITADA DA 2.<sup>a</sup> FASE DA AVENIDA DE MARTIM LONGO E ARRANJO PAISAGÍSTICO DA SUA ENVOLVENTE – RAMAIS DE LIGAÇÃO E ARRANJOS EXTERIORES – EMPRÉSTIMO BANCÁRIO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que seja solicitada a minuta de contrato à Caixa Geral de Depósitos, nos termos propostos, para inclusão processual a remeter a aprovação da Assembleia Municipal, para acompanhamento do processo de fiscalização prévio do Tribunal de Contas conforme artigo 46.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, na sua redação atual, bem como para os efeitos da alínea f) do n.º1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções da Assembleia Municipal. -----

----- O vereador José Pereira interveio para solicitar esclarecimentos sobre o assunto em discussão. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para esclarecer que aquando da elaboração do projeto da Avenida de Martim Longo, os arranjos paisagísticos do Lar foram incluídos nesse projeto, tendo havido posteriormente um despacho do presidente referindo que o mesmo seria dividido em três fases. Continuou referindo que poderá facultar cópias dos mapas, e que o assunto em questão é semelhante ao ocorrido, em anos anteriores, aquando dos arranjos paisagísticos à entrada da Vila, em que existiu um fracionamento do projeto, no âmbito de candidaturas. Explicou de seguida que as áreas a intervencionar serão na envolvente do Lar, mostrando de seguida os mapas com as redes de rega, abastecimento de água, águas residuais, rede de drenagem de águas pluviais, infraestruturas elétricas, caixas de tubagem, etc. -----

----- O vereador José Pereira interveio novamente para questionar se houve alteração do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e onde é que o

projeto está cabimentado, ao qual o chefe de divisão esclareceu que o referido projeto encontra-se cabimentado na 2ª fase da Avenida. O vereador continuou a sua intervenção questionando quais as obras que foram fracionadas. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para frisar que a 1.ª fase prende-se com arranjos, a 2ª. com a “avenida propriamente dita”, e a 3.ª a nível de organização, no que concerne ao reforço do abastecimento de águas (conduta de água - Depósito de Santa Justa/Monte Branco/Lar. Findou mencionando que para “o fornecimento exclusivo do Lar no momento é suficiente”, no entanto, a execução desse ramal “é um pensamento futuro”, para o abastecimento às localidades de Castelhanos e Laborato. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que esse assunto não o preocupa, mas sim se a 2ª. fase da Avenida avança ou não, conforme consta em PPI, tendo sido esclarecido pelo vereador Paulo Paulino que “só avançará a primeira parte”. O vereador José Pereira continuou a sua intervenção questionando se essa alteração consta no PPI e qual o custo da 2.ª fase da Avenida, tendo sido esclarecido que não o assunto não foi alterado em PPI, e que o custo será € 600.000,00 (aproximadamente). O vereador José Pereira deu nota de seguida que o empréstimo prende-se com uma obra adjudicada e aprovada a minuta do contrato em 20 de agosto de 2015, e como tal gostaria de saber qual a razão da não informação dessa empreitada, aos vereadores da oposição. -----

----- O vereador Paulo Paulino usou da palavra para mencionar que foi garantida a legalidade da questão, e que a não informação prende-se pelo facto de não se ter realizado reuniões, no mês de agosto. -----

----- O vereador José Pereira interveio, no seguimento da “não informação por não ocorrerem reuniões no mês de agosto” para relembrar o requerimento apresentado pelos opositores, no início do mandato, no que concerne às adjudicações, contratos, aquisições de bens e serviços superiores a € 5.000,00, e informar que foi anexado à documentação da reunião informação sobre adjudicações nesse período, porém, a matéria em questão não vem referida, e como tal considera que existe incumprimento, dado que “os srs. informam que querem contrair empréstimo para uma obra, mas não

7

nos informam que obra é”. -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires usou da palavra para mencionar que é da sua competência a elaboração dessa informação, todavia, julgava que apenas teria que disponibilizar dados referentes às adjudicações de bens e serviços. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra novamente para referir que já foram fornecidas informações/dados sobre empreitadas, bem como para relembrar que os vereadores opositores já entregaram cinco/seis requerimentos, onde existem sempre falhas e/ou incumprimentos por parte do executivo permanente. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para mostrar “a sua total” disponibilidade para prestar esclarecimentos sobre a matéria, tendo o vereador José Pereira acrescentado que o “erro é semelhante” em quase todas as reuniões do executivo, bem como questionar a que firma foi adjudicada à obra, tendo o vereador Paulo Paulino esclarecido que foi à CONSDEP – Engenharia e Construção SA. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

*Os vereadores José Pereira e Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros apresentaram a declaração de voto que se passa a transcrever: “A contratação deste empréstimo no valor de € 157.945,99 no âmbito da obra acima referenciada reflete o estado a que as finanças desta autarquia chegaram desde a gestão PS; Não entendemos, porque razão o executivo permanente se apressa a recorrer a um financiamento bancária onerando a Autarquia por um prazo de 10 anos, quando o executivo PSD deixou a Câmara municipal com uma boa situação financeira, reconhecida até pelo sr. presidente Osvaldo Gonçalves; Não entendemos, que tendo a Câmara uma conta a prazo com € 500.000,00 no Crédito Agrícola, não utiliza esse dinheiro; Tal decisão só demonstra o desnorte e a desorientação que se tem verificado na gestão do Município desde as eleições de 29 de setembro de 2013; A não contenção de despesas correntes e a falta de rigor na gestão financeira do Município levam a esta situação, em que a Câmara tenha que recorrer a um empréstimo de € 157.945,99 para efetuar uma obra; Assistimos a um constante despesismo*

↓

*sem a mínima preocupação e respeito pelos alcoutenejos; Não entendemos, como se perdem financiamentos contratados anteriormente, por má gestão de obras, como foi o caso do edifício dos Paços do Concelho, aproximadamente € 100.000,00; Não entendemos, como se dão prorrogações de prazo de obras, com custos financeiros para o Município, quando os empreiteiros estão em incumprimento; Não entendemos, quando se atribuem às Juntas de Freguesia aproximadamente € 200.00,00 para limpezas, quando antes nas mesmas se gastavam € 20.000,00; Não entendemos, como se esbanja dinheiro com fornecedores, que apresentam preços altamente inflacionado; Como não entendemos muitas outras coisas, nomeadamente, como se desbaratam € 1.000.000, 00 num ano; Tal como não entendemos, que o executivo permanente tente passar a imagem para os munícipes que a Câmara não tem dinheiro para terminar as obras do lar, quando o anterior executivo liderado pelo Dr. Francisco Amaral deixou a obra com um financiamento de € 680.000,00 e 1.800.000,00 de saldo nos cofres da Autarquia; Tal atitude só demonstra uma tal irresponsabilidade na gestão do Município e total falta de humildade em assumir os erros cometidos; contudo, numa perspetiva de oposição séria, coerente e responsável, votamos a favor. E para concluir, citamos uma opinião: De facto, quem dirige e orienta as instituições tem que perspetivar o futuro e agir tendo em conta não só a sobrevivência daquilo que governa, mas o seu fortalecimento. Só isto é que é a verdadeira criação de valor, só isto é que gera confiança para investir em vez de atrair apenas especuladores e predadores. Se isto é verdade para as empresas, é ainda mais para os governantes e políticos, uma vez que a sua responsabilidade é muito maior e tem repercussões muito mais profundas. É também por isso que tem de se falar verdade aos eleitores, para que não se deixem iludir com facilidades de curto prazo, para que se garanta que o que se alcança é duradouro, em vez de os enganar com soluções de efeito imediato, mas que escondem um sulco profundo que tornará o caminho cada vez mais difícil. Em política, como na gestão, as lições são para se levar a sério e os lucros fáceis e enganosos só aproveitam a alguns, durante pouco tempo, mas vão sofrer muitos, durante tempo indefinido... Manuela Ferreira Leite". -----*

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e



para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DO IRS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, para os efeitos no n.º 2 do artigo 26.º da Lei das Finanças Locais, manter para o ano de 2016 a participação variável no IRS em 0%, bem como submeter a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, para os efeitos no n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), fixar para o ano de 2016, a taxa sobre os prédios urbanos de 0,3%, bem como para os efeitos previstos no n.º 5 do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente a proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – REDUÇÃO DE**

✓

**TAXA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, para os efeitos no n.º 13 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), aprovar, nos casos de imóveis destinados a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, a redução da taxa de IMI para 2016, nomeadamente, **Número de Dependentes a Cargo 1, Redução de Taxa 10%, Número de Dependentes a Cargo 2, Redução de Taxa 15%, Número de Dependentes a Cargo 3 ou mais, Redução de Taxa 20%**, bem como para os efeitos no n.º 13 do CIMI, conjugado com a alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente a proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CRIADORES DE CAPRINOS DE RAÇA ALGARVIA (ANCCRAL) – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/RATIFICAÇÃO:**

Foi presente um despacho do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, no âmbito da alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro em articulação com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da mesma lei, conjugado com o disposto no artigo 164.º do código do Processo Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro atribuir uma comparticipação financeira no valor de € 2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), à Associação Nacional dos Criadores de Caprinos de Raça Algarvia, para fazer face ao referido investimentos (despesas com a aquisição de uma carrinha e de uma cisterna de leite isotérmica), bem como que o presente despacho seja presente à reunião de Câmara (09 de setembro) para



ratificação. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para questionar o porquê de se atribuir só 1/3 do valor que é necessário para a realização do investimento, tendo o presidente esclarecido que a referida Associação é sedeadada na localidade de Azinhal, e como tal considera que existem mais dois municípios (Castro Marim e VRSA) que poderão compartilhar o restante valor. A vereadora continuou a sua intervenção proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “ Eu vou votar a favor, mas não concordo com o valor, porém, mais vale pouco do que nada. Não concordo com o valor pelo seguinte: eu não sei se o sr. presidente sabe mas Alcoutim, tem menos da totalidade de animais ( menos 100), e como tal acho que menos 100 não é significativo para só pagar 1/3, porque a distância que se tem de percorrer para se fazer a recolha do leite é muito maior, dado à diminuta produção, e nesse sentido considera que se gasta dinheiro supérfluo em outras coisas”. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para questionar se a Associação tem marca de comercialização, tendo a vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros usado da palavra para esclarecer que a Associação produz queijos e vende-os, e é com a venda desse produto é que paga ao produtor e despende em despesas variadas, nomeadamente (condutor, gasóleo, seguros, manutenção do veículo, material de higiene, etc.), e é nesse sentido que considera o valor diminuto, tendo em conta os aspetos anteriormente mencionados e por achar que se gasta dinheiros em coisas sem interesse. -----

----- O presidente da Câmara usou da palavra para mencionar que respeita a opinião demonstrada, no entanto, continua com o mesmo critério de atribuição da comparticipação. -----

----- O vereador José Pereira interveio para questionar se a Associação ANCCRAL não tiver capacidade de resposta para manter o investimento, a Autarquia de Alcoutim “está aberta” a novos financiamentos, já que a vereadora mencionou que estão envolvidas dez famílias no concelho. -----

----- O presidente da Câmara interveio para esclarecer que a Câmara Municipal “está aberta” a apoios que se justifiquem, sejam equitativos e que mereçam “a nossa” preocupação, e que quando foi solicitado um apoio por

parte da referida entidade, “não lhe foi apresentado nenhum valor específico, apenas apresentaram as despesas e eu propus dar € 2.500,00, sendo um valor justo para aquilo que é o investimento”. Finalizou referindo que existem outras entidades que são comparticipadas pela Edilidade e “não nos negamos”, no entanto, se houver justificação e necessidade, o caso será avaliado. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio novamente para mencionar que a Associação ANCCRAL enviou carta a referir que o investimento (aquisição do veículo) cifra-se num total de € 7.700,00, tendo o presidente usado da palavra para explicar que a Associação “não quantificou o pedido” -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do referido despacho. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ASSOCIAÇÃO ALMARGEM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/RATIFICAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea hh) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de participar financeira de € 1.744,97 (mil setecentos e quarenta e quatro euros e noventa e sete cêntimos), à Associação Almargem, para fazer face a despesas com a Via Algarviana/equipa de trabalho. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a

qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipar financeira de € 1.650,00 (mil seiscentos e cinquenta euros), ao Grupo Desportivo de Alcoutim, para fazer face a despesas com as atividades desportivas, que integram o programa das Festividades de Alcoutim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipar financeira de € 1.090,00 (mil e noventa euros), à Santa Casa da Misericórdia, para fazer face a despesas com a pintura da fachada do Edifício sede. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipar financeira de €

1.580,55 (mil quinhentos e oitenta euros e cinquenta e cinco cêntimos), à Santa Casa da Misericórdia, para fazer face a despesas com equipamentos para a captação de rádio e televisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **COMEMORAÇÃO DO DIA INTERNACIONAL DA JUVENTUDE**

- **ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS/RATIFICAÇÃO:** Foi presente um despacho do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, que se isente o pagamento de taxas os frequentadores, com a faixa etária entre 12 e os 29 anos, da Piscina Municipal, durante o dia 12 de agosto, no âmbito das comemorações do Dia Internacional da Juventude, em parceria com o Instituto do Desporto Português e da Juventude, que as dinamiza por todo o país, bem com o presente despacho seja presente à reunião de Câmara (09 de setembro) para ratificação, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 164.º do código de processo administrativo aprovado pelo decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ratificação do referido despacho. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **FUNDAÇÃO IRENE ROLO – CONTRIBUIÇÃO PARA O**

**ALOJAMENTO DE EMERGÊNCIA SOCIAL (AES) DO ALGARVE:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o

disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de participar financeira de € 500,00 (quinhentos euros), à Fundação Irene Rolo, para fazer face a despesas com o Alojamento de Emergência Social (AES). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A FREGUESIA DE VAQUEIROS - ALTERAÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, aprovar a alteração ao protocolo de colaboração, conforme minuta em anexo, bem como para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- A vereadora Drª. Dalila Barros interveio para alertar que deverá ocorrer uma correção na proposta onde se lê 04 de maio de 2014, deverá ler-se 04 de maio de 2015. Continuou a sua intervenção proferindo o seguinte discurso, que se passa a transcrever “ O primeiro protocolo foi celebrado em 04 de maio de 2015, a 09 de setembro, quatro meses depois a Junta de Freguesia vem solicitar alteração ao protocolo alegando falta de pessoal e impossibilidade de encontrar mais alguém para o bom funcionamento da autobetoneira, questiono: com a aquisição de trator agrícola esta falta de pessoal fica sanada, porque daqui a quatro meses a junta de freguesia vai-se lembrar outra vez e vai pensar que de facto não é uma autobetoneira e é outra coisa, e andamos aqui constantemente a fazer alterações. Esperamos que não”. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para mencionar que o assunto “parece uma brincadeira de moços pequenos”, dado que inicialmente

era imprescindível a aquisição de uma autobetoneira e agora de um trator, por isso considera que se “anda a brincar com o dinheiro de todos nós” e que deveria haver mais ponderação na atribuição de verbas. -----

----- O vereador Paulo Paulino interveio para esclarecer igualmente que o assunto é “fruto” de uma decisão da Assembleia de Freguesia e votada por unanimidade, conforme certidão em anexo ao processo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A UNIÃO DE FREGUESIAS DE ALCOUTIM E PEREIRO**

- **ALTERAÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, propor à Assembleia Municipal a atribuição de um apoio financeiro, no valor de € 9.500,00 (nove mil e quinhentos euros), à União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, para fazer face às despesas com a manutenção dos programas aprovados pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (percentagem não comparticipada), bem como para efeitos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. -

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **CRUZ VERMELHA PORTUGUESA – DELEGAÇÃO DE TAVIRA – COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os



efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de € 6.500,00 (seis mil e quinhentos euros), à Cruz Vermelha Portuguesa – Delegação de Tavira/Extensão de Martim Longo, para fazer face a despesas com a contratação de pessoal médico. -----

----- A vereadora Dr<sup>a</sup>. Dalila Barros interveio para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “O Acordo de Colaboração datado de 11 de abril de 2014, na cláusula segunda (obrigações do segundo outorgante - refere que o 2.º Outorgante/Delegação de Tavira da Cruz Vermelha - extensão de Martim Longo) compromete-se a dotar a unidade móvel com pessoal especializado, nomeadamente com condutores, socorristas, enfermeiros e médicos ... não solicitando, nem fazendo referência a qualquer verba. Passado um ano e meio sob o referido acordo e segundo consta no ofício datado de 31/07/2015... Poderá ler-se e para fazer face ao aumento de despesas relacionadas com a contratação de pessoal médico, solicito apoio financeiro de € 1.300.00 por mês. Apraz-me retirar as seguintes ilações: 1) O primeiro protocolo nunca foi cumprido, no entanto, com reconhecimento por parte do sr. presidente do seu funcionamento; 2) O pessoal especializado a que refere a cláusula 2.<sup>a</sup>, nunca entrou em funções; 3) O 2.º Protocolo (o atual/fictício) não foi elaborado, conforme consta na cláusula 5.<sup>a</sup> (que refere a sua reformulação); 4) O valor solicitado não refere a que meses incidem os € 1.300,00; 5) Os € 1.300,00 mensais não referem os custos de cada técnico; 6) Solicito a avaliação trimestral de funcionamento desde 11 de abril de 2014 até hoje, conforme cláusula 4.<sup>a</sup> obrigações das partes; 7) Solicito a calendarização da unidade móvel de saúde para o mês de setembro; 8) Saber porquê que não está na página da Câmara, esta mesma calendarização; 9) Porque não está afixada nos montes, para consulta pública, a calendarização; como diz o provérbio popular, quem nasce tordo, tarde ou nunca se endireita. Quantos mais protocolos e reformulações serão necessários para o bom funcionamento da unidade móvel, a primeira implementada no país e que teve os seus tempos áureos, hoje apenas poderei dizer que é uma vergonha”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **COMISSÃO DE NEGOCIAÇÃO EM ACORDO DIRETO DO LOTEAMENTO NA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM -**

**CONSTITUIÇÃO:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, aprovar que a Comissão seja constituída pelos seguintes elementos: a) Osvaldo dos Santos Gonçalves – presidente da Câmara Municipal; b) Paulo Jorge Cavaco Paulino Vice-presidente da Câmara Municipal; c) José Carlos da Palma Pereira, Vereador da Câmara Municipal, da Bancada da Oposição; d) Henrique Siu Fang Hou, Chefe de Divisão; José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão, bem como para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. –

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **GRUPO DE TRABALHO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL DO CONCELHO DE ALCOUTIM - CONSTITUIÇÃO:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, aprovar a criação de um Grupo de Trabalho consituído por seis funcionários da Autarquia a designar pelo presidente da Câmara Municipal, dois membros ativos da comunidade a designar pela Assembleia Municipal e associações culturais e sociais do concelho, que



tenha por objetivo estratégico proceder ao levantamento, recolha e divulgação/promoção do Património Cultural Imaterial do Concelho de Alcoutim, bem como para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, submeter a deliberação de Câmara Municipal que recair sobre a presente proposta, à aprovação da Assembleia Municipal. –

----- A vereadora Dr.ª. Dalila Barros usou da palavra para proferir o seguinte discurso, que se passa a transcrever: “Saberes, modos de fazer, vida social, linguagem, folclore, celebrações, festas, danças, músicas, lendas e costumes. Têm sido várias as entidades que ao longo da história de Alcoutim se preocuparam e preocupam em preservar o seu património cultural imaterial, com conhecimento de todos posso referir como pessoas individuais, o sr. Nunes, o Eng.º Gaspar, o sr. Mestre (Corte Tabelião), a D. Senhorinha (Penteadeiros). Algumas Associações têm no seu âmbito a defesa e promoção do património, nomeadamente, Associação de Solidariedade Social Cultural, Desporto e Arte dos Balurcos, Associação de Caça dos Castelhanos e Laborato, Associação A moira, etc, etc. Apenas queria referir-me a esta última, sendo ela responsável há longos anos pela maior recolha de património imaterial do concelho de Alcoutim, tendo em armazém um espólio de mais mil peças, peças essas recolhidas em contentores de lixo, doações, compras, etc. É através das feiras de artesanato que é possível mostrar ao público algum do seu património, nomeadamente vida social, modos de fazer, costumes, etc. Foi possível constatar ao longo dos anos a permanente censura, diária até, perseguição por parte do partido socialista a esta Associação, nomeadamente através de queixas e de denúncias ao IGAT/IGF, como se trata-se de uma Associação de forasteiros e corruptos. É esta mesma Associação que ainda hoje continua a lutar pela preservação do património imaterial deste concelho. Apesar de tudo congratulo-me com a constituição do grupo de trabalho”. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **EMPREITADA DE PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS DE DIVERSAS LOCALIDADES NO CONCELHO DE ALCOUTIM - 2013/LIBERAÇÃO PARCIAL DE SEGUROS DE CAUÇÃO:**

Foi presente uma informação do Serviço de Obras Municipais (SOM), da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, a qual fica arquivada em pasta anexa à presente ata, desta fazendo parte integrante, relativa à Liberação Parcial de Seguro de Caução, apresentada pela firma José de Sousa Barra & Filhos, LDA, e referente à Empreitada em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, que seja liberado da apólice n.º 80.10.003810 a importância de € 1.550,70, ficando remanescente o valor de € 2.067,60, e do seguro de caução apólice n.º 80.10.004009 a importância de € 1.550,70, ficando remanescente o valor de € 2.067,60, referente ao 2.º ano, emitidas pela AXA PORTUGAL – Companhia de Seguros, S.A.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO ODIANA/GIP - ALCOUTIM:** Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar, ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o referido protocolo com a Associação Odiana, com um encargo de € 2.875,88 (dois mil oitocentos e setenta e cinco euros e oitenta e oito cêntimos), no âmbito do funcionamento do Gabinete de Inserção Profissional. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **PROJETO DE REGULAMENTO DE MEDALHAS DO MUNICÍPIO – RESULTADO DO PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA:**

Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar: -----

1. Aprovar o conteúdo do projeto com as alterações propostas; -----
2. Submeter o referido projeto de regulamento a consulta pública, com uma duração mínima de 30 dias; -----
3. Remeter para conhecimento à Assembleia Municipal o projeto aprovado; --
4. Caso seja omissos contributos resultantes de consulta pública, que a presente proposta seja remetida à Assembleia Municipal, nos termos invocados na proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- Deliberação aprovada em minuta nos termos do disposto do n.º 3 e para efeitos do preceituado do n.º 4 do art.º 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:** Não se realizaram intervenções. -----

----- Tendo sido lida em minuta a Ata da presente reunião. Aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** - E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente foi encerrada a reunião, pelas treze horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, em regime de substituição, da Câmara Municipal de Alcoutim, que a redigi, e mandei lavrar. -----

P/ O Presidente

A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a final flourish.

O Secretário

A handwritten signature in blue ink, featuring a large, sweeping loop on the left and a horizontal line extending to the right.